

- Boa tarde, Sou Biko Rodrigues. Coordenador Executiva da CONAQ. A CONAQ é o movimento nacional que articula as comunidades afrodescendentes rurais, que chamamos comunidades quilombolas, em todo o Brasil.
- A pesquisa da CONAQ e da Terra de Direitos sobre racismo e violência contra quilombos, que será lançada agora no primeiro semestre de 2021 mostra um contexto preocupante de racismo ambiental e violação de direitos das comunidades quilombolas no Brasil.
- Centenas de comunidades negras rurais encontram-se ameaçadas de expulsão de suas terras devido a projetos econômicos de empresas por todo o país, especialmente na Amazônia brasileira.
- São muitos os exemplos de empreendimentos que geram conflitos sobre a propriedade, o acesso à terra, o uso e a preservação dos territórios, prejudicando a autonomia dos quilombos e sua sobrevivência: a instalação da base espacial de Alcântara e a duplicação da Rodovia BR 135 e construção de linha de energia, que tem afetado inúmeros quilombos no Maranhão; os projetos de construção de pequenas centrais hidrelétricas em diferentes territórios, que têm afetado quilombos como Kalunga, em Goiás, e Invernada Paiol de Telha, no Paraná; projetos de ferrovias e portos, que tem afetado os quilombos Contente e Barro Velho, em Paulistana, no Piauí (construção da ferrovia Transnordestina) e quilombos de Santarém no Pará (construção de portos no Lago do Maicá); projetos de construção de usina nuclear, que têm afetado quilombos como Negros de Gilú, Poço dos Cavalos e Ingazeira, em Itacuruba, Pernambuco; a expansão do agronegócio, que tem impactado quilombos como Invernada dos Negros, em Campos, Santa Catarina; projetos de construção de empreendimentos imobiliários, como os que têm afetado o Quilombo de Mesquita.
- A nossa pesquisa demonstra que há uma violação sistemática dos direitos humanos de comunidades quilombolas nas diferentes fases de implantação de empreendimentos de empresas. São exemplos de problemas encontrados: existência de irregularidades nos processos de licenciamento ambiental, vícios nos Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental, o não reconhecimento da existência de territórios quilombolas na área de abrangência e impacto dos empreendimentos.

- A instalação e operação de empreendimentos em comunidades quilombolas são marcadas por desinformação e situações de assédio e pressão sobre as comunidades. Há uma flagrante violação do direito de quilombolas à Consulta Prévia, Livre e Informada, prevista na Convenção 169 da OIT. Há tentativas ilegais de regulamentar o direito à consulta nos estados brasileiros, limitando os nossos direitos. A comunidade é exposta à ação dos empreendimentos e isso aumenta os conflitos e riscos à vida e à segurança de defensores do meio ambiente e do território. A implantação de empreendimentos acaba trazendo o deslocamento forçado de quilombolas. A desapropriação para construção de obras, para além de retirar quilombolas do território, compromete a existência do quilombo e a manutenção dos laços étnico-culturais, gerando um processo de empobrecimento da população cujas atividades de sobrevivência estão relacionadas ao território.
- A presença dos empreendimentos prejudica os modos de vida dos quilombos. O acesso ao território e seu uso são seriamente comprometidos por restrições impostas em determinadas áreas; destruição de áreas de roçado; comprometimento de atividades de subsistência (agricultura, pesca, artesanato); aumento da poluição e destruição do meio ambiente; deterioração de moradias; especulação imobiliária; aumento do custo de vida local, interdição de estradas e mudança de rotas de acesso aos municípios; entre outros impactos.
- É também muito grave a continuação de medidas administrativas, obras e empreendimentos durante a pandemia da covid-19, com violação ao nosso direito de consulta prévia, livre e informada previsto na Convenção 169 da OIT.
- Por fim, gostaria de chamar atenção para o impacto de crimes ambientais cometidos por empresas, como o sofrido por quilombolas da região de Brumadinho, em Minas Gerais, com o rompimento da barragem da Vale, em janeiro de 2019, o que levou a morte de muitos quilombolas. Até hoje muitas famílias não foram reparadas, nem indenizadas pelas violações de direitos humanos sofridas.
- Vidas quilombolas importam. Como nossas, nós quilombolas temos defendido incansavelmente a terra e o meio ambiente no Brasil.